

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Ramofly Bicalho dos Santos
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

RESUMO

Nossa intenção com esse artigo é mostrar a estreita articulação entre os movimentos sociais, a Pedagogia da Alternância e a educação do campo. Pensar o campo como lugar de resistência, trabalho, educação, luta pela terra e moradia é essencial nessa proposta. Por outro lado, percebemos no desenvolvimento das pesquisas sobre educação do campo no Brasil as seguintes dificuldades: estradas intransitáveis, escolas do campo sendo fechadas ou em péssimas condições de trabalho, inexistência de acesso à internet, descaso das secretarias estaduais e municipais de educação na organização de políticas públicas efetivas para a educação do campo, escoamento da produção agrícola, entre tantos outros fatores. Constatamos que uma parte considerável da população brasileira vive, trabalha e resiste no meio rural, embora, a quantidade e a qualidade das pesquisas sobre essa temática sejam ainda insuficientes. A realidade da agricultura familiar no Brasil e sua relação com os assentamentos, acampamentos e territórios quilombolas, por exemplo, necessita de estudos e aprofundamentos teóricos. Segundo os movimentos sociais do campo, é urgente a defesa de uma agricultura familiar ligada às questões da agroecologia, da segurança alimentar, da semente crioula e a presença constante das famílias na consolidação das escolas do campo.

Palavras-chave: Educação do Campo, Movimentos Sociais e Pedagogia da Alternância

ABSTRACT

Our intention with this paper is to show the close relationship between social movements, the alternation of Pedagogy and education field. Think about the field as a place of strength, education, work, struggle for land and housing is essential in this proposal. On the other hand, we see the development of research on rural education in Brazil the following difficulties: impassable roads, schools in the field with poor working conditions, closing schools, lack of Internet access, neglect of state and municipal departments of education in public policy organization effective for rural education, runoff from agricultural production, among many other factors. We found that a considerable proportion of the population lives, works and endures in rural areas, although the quantity and quality of research on this topic are still insufficient. The reality of family farming in Brazil and its relation to the settlements, camps and quilombola, for example, needs studies and theoretical insights. According to the social movements, there is an urgent defense of family farming linked to agro-ecology issues, food security, seed Creole and the constant presence of families in the consolidation of rural schools.

Keywords: Education Course, Social Movements and Pedagogy of Alternation

I – INTRODUÇÃO

Uma parte deste artigo é fruto de pesquisa realizada na UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com a colaboração efetiva do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC / CNPq e da Licenciatura em Educação do Campo. O Projeto de Pesquisa desenvolvido neste programa intitula-se Educação do campo no município de Nova Iguaçu, porém, nossa intenção com esse texto é resgatar parte do material teórico-empírico da discussão do projeto e ainda mostrar a estreita articulação entre os movimentos sociais¹, a pedagogia da alternância e a educação do campo. Pensar o campo como lugar de resistência e luta pela terra é essencial para se repensar as políticas educacionais destinadas à infância, aos jovens e adultos. No desenvolvimento de nossas pesquisas de campo e bibliográficas, percebemos, entre tantos outros fatores², as seguintes dificuldades no processo de implementação da educação do campo no Brasil: escolas do campo com falta de docentes e pessoal de apoio e o enorme descaso das diversas secretarias na organização de políticas públicas efetivas para a educação do campo. (ANTUNES & MARTINS, 2009)

Nessa conjuntura temos como pano de fundo as seguintes questões: Qual a concepção de formação para cidadania se espera da educação do campo? Qual o papel da escola para os estudantes do campo? Que saberes e aprendizagens são por eles valorizados? Qual a relação

¹ MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens; Caiçaras; CPT – Comissão Pastoral da Terra; FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura; Indígenas; Movimento de mulheres camponesas; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Pescadores artesanais; Quilombolas; Ribeirinhos, Via Campesina, entre outros.

² Ainda constatamos a presença de regiões com enorme precariedade no oferecimento da educação do campo, enquanto modalidade de ensino embora tenhamos desde 2004 uma secretaria nacional no MEC que trata das políticas educacionais para o campo. Com muita tristeza afirmamos que no Brasil a escolarização do jovem rural é, na maioria dos casos, encerrada no primeiro segmento do ensino fundamental (CASTRO et al, 2009). Algumas especificidades podem contribuir para a reduzidíssima permanência das crianças, dos jovens e adultos nas escolas do campo, são elas: poucas escolas e a enorme distância da residência dos estudantes; falta de professores e uma formação que não leva em conta a realidade do campo, por exemplo, o descaso com as turmas multisseriadas; as condições de infraestrutura das escolas e salas de aula inadequadas para o trabalho político-pedagógico; estradas cada vez mais esburacadas e sem manutenção; transportes em péssimas condições de conservação, inclusive, com riscos de acidentes para professores e estudantes; material didático que contempla basicamente os valores do mundo urbano; escolas do campo fechadas com muita intensidade na primeira década do século XXI; as famosas nucleações; alto índice de analfabetismo; raríssimas são as secretarias municipais de educação que ofertam projetos para acabar com o analfabetismo e oferecem o ensino fundamental, na modalidade EJA, entre outros aspectos que ilustram tal quadro de descaso com a educação pública no campo brasileiro.

existente entre os saberes teóricos e práticos da cultura? Que contribuições a educação do campo apresenta para o fortalecimento dos movimentos sociais e da Pedagogia da alternância? Com esse artigo, então, temos a intenção de contribuir com práticas pedagógicas e análises críticas acerca dos fatores culturais, políticos, educacionais, sociais que influenciaram e, influenciam as diferentes etapas e processos históricos da educação do campo, resgatando a formação docente e a construção problematizadora do conhecimento, articuladas aos anseios dos movimentos sociais e às transformações atuais defendidas pela Pedagogia da Alternância.

II - Pedagogia da Alternância

Analisando a memória da luta dos movimentos sociais pela educação do campo no Brasil, constatamos que a Pedagogia da Alternância tem sido tratada como referência curricular e metodológica. Ela tem origem no anseio de agricultores familiares em suas comunidades e no intuito de garantir educação e formação profissional diretamente articulada às histórias de vida, familiar, comunitária, cultural, de sustentabilidade local, entre outros aspectos. Propõe gestões participativas e colegiadas, estabelecendo relações cotidianas e de responsabilidade coletiva entre escola e comunidade. A alternância se fortalece nas ações dos sujeitos envolvidos num projeto local-nacional, que na nossa ótica é de educação popular, marcadamente sintonizado com os objetivos de organização da cultura e do trabalho do campo, o que difere das políticas neoliberais que estão sintonizadas com uma educação impessoal, de metas e mercadológica. Para (BENJAMIN, 2000: 16) “O projeto organiza e direciona o esforço criativo das pessoas”.

Educadores e educandos no projeto de escola do campo compreendem que na produção do conhecimento, ao mesmo tempo, se ensina e se aprende, gerando uma maior autonomia, valorização pessoal e fortalecimento da auto-estima dos sujeitos da práxis. Com a alternância é possível romper com pedagogias focadas apenas na relação professor - aluno - saber. Parte-se da estreita relação entre teoria e prática, valorizando experiências que envolvam as diversas aprendizagens, dentre elas, a educação popular. Sendo assim, é fundamental que o termo alternância seja utilizado, prioritariamente, no plural, porque denota

valores humanos, socioambientais e de afirmação de identidades diante de si e do mundo. (GIMONET, 2007) Daí as escolas do campo na perspectiva dos movimentos sociais serem dimensionadas pela alternância que na luta pela educação básica do campo passa a ser uma pedagogia ressignificada na organicidade e modo de vida dos atores coletivos e de suas ruralidades. Assim como a luta dos atores do campo pela reforma agrária trouxe para a agenda nacional as questões fundiárias e agrárias, ao mesmo tempo esses trouxeram à agenda as questões dos processos identitários e de políticas públicas para a educação escolar e formal. Juntamente veio a Alternância como sendo o projeto de formação integral e sustentável dimensionado, política e pedagogicamente. Para eles é importante revelarem as identidades sociais forjadas das ruralidades e territorialidades, porque é uma forma de marcar as diferenças culturais e políticas.

No projeto de formação por alternância quando tempo escola e tempo comunidade se fundem nos espaços formativos dos agricultores familiares, quilombolas, sem terra, mestiços, agricultores urbanos, juventude rural e outras formas biográficas, esses buscam seus pertencimentos sociais, culturais e de trabalho na categoria de povos do campo. O resultado de práticas pedagógicas em alternância, a partir das recentes experiências de cursos de graduação, EJAS e profissionalização de jovens e adultos agricultores, demonstra às instituições consolidadas a existência criativa de iniciativas no que toca a produção dos saberes e fazeres para o desenvolvimento local/regional. Então, se abre um campo de possibilidades na construção de conhecimentos e técnicas que vem sendo apropriados por diversos outros atores coletivos, como estratégia para transformar processos educativos conservadores ou tecnoburocráticos em libertários, com a intenção de emancipar os povos do campo das estruturas de poder agrário até então dominante.

No campo acadêmico e cultural os processos identitários que atribuem sentido às escolas ocorrem ancorados por novas metodologias e instrumentos pedagógicos que se constituem nos espaços de lutas sociais em prol da garantia de educação escolar pública e popular que incorpora as múltiplas dimensões da realidade campo-cidade. O ato de educar se desenvolve na articulação entre o alternante e a instituição que organiza a formação, tendo como grande preocupação, o público alvo a ser atendido. Esse processo de formação, via alternância, dialoga basicamente com a formação profissional e às possibilidade de inserção

no mercado de trabalho com autonomia e ética profissional. Os CEFFA's - Centros Familiares de Formação Agrícola, exemplo de inserção na Pedagogia da Alternância, visam em seus projetos, o desenvolvimento, a promoção, a responsabilização das pessoas e o cuidado com o meio ambiente. Diversos caminhos de inserção são oferecidos no processo de formação dos agricultores familiares. (BEGNAMI, 2003)

A alternância considera as experiências dos educandos e a formação não escolar como suporte para a emancipação. Dialoga com a lógica Piagetiana do “conseguir (obter com êxito, vencer) e compreender”. Ela multiplica os atores para possíveis intervenções na educação, tais como, pais, vizinhos e a comunidade como um todo. Mesmo com todas as dificuldades apresentadas, acaba tendo resultados bastante expressivos, por lidar democraticamente com as diferenças. Nesse sentido, o desenvolvimento da alternância, via trabalhos pedagógicos e de acompanhamentos dos estudantes, articuladas aos movimentos sociais, pode enfrentar a tal educação bancária e a construção de espaços formativos emancipadores.

A formação em alternância requer da gestão escolar, de educadores e educandos e da comunidade no geral, um elevado nível de organização para articular os tempos e espaços de ensino-aprendizagem diferenciados, a fim de que os resultados deste processo possibilite a formação humana, social, ética e profissional. O Plano de Estudo, por exemplo, é um instrumento utilizado para explorar a realidade e a experiência de cada alternante. Ele proporciona a observação, a pesquisa, os debates e reflexões com os atores envolvidos nesse processo. É essencial para enaltecer e valorizar o ambiente cultural dos estudantes e a riqueza de sua linguagem, costumes e valores. (GIMONET, 2007). Mas também e, ao mesmo tempo, este instrumento didático-pedagógico permite que o estudante se prepare para a cidadania, assumindo responsabilidades, conquistando a autonomia de pensamento e gerando conhecimentos que possam interagir com os espaços onde estes atuam como cidadãos partícipes de um determinado projeto social. Desta forma (SILVA, 2006: 06) analisa que a:

alternância, enquanto princípio pedagógico, mais que característica de sucessões repetidas de sequências, visa desenvolver na formação de jovens, situações em que o mundo escolar se posiciona em interação com o mundo que o rodeia. Buscando articular universos considerados opostos ou insuficientemente interpenetrados – o mundo da escola e o mundo da vida, a teoria e a prática, o abstrato e o concreto – a alternância coloca em relação diferentes parceiros com identidades, preocupações e lógicas também

diferentes: de um lado, a escola e a lógica da transmissão de saberes e, de outro, a família e a lógica da pequena produção agrícola.

A utilização variada de tecnologias presentes nos diferentes espaços formativos é uma necessidade das práticas de alternância. Os CEFFA's³, por exemplo, trabalham com instrumentos de ensino e aprendizagens que enaltecem a experimentação, a aplicação, o trabalho coletivo, a solidariedade, o questionamento crítico e novos olhares acerca da produção do conhecimento. Nessa conjuntura, resistem aos modelos de formação discente tradicional e tecnicista. Importante esclarecer que a Pedagogia da Alternância, no seu processo de formação, trabalha com a categoria monitor. Este sujeito é responsável por orientar a formação alternada. Não é um docente na sua formação tradicional, mas é um formador que tem uma função global e exerce múltiplos papéis de coordenação/orientação do processo. Ele é essencial na interseção dos componentes da Pedagogia da alternância. Além de criar um clima facilitador da aprendizagem, garante aos sujeitos da alternância uma melhor qualidade de vida com ênfase nas relações éticas e democráticas. A alternância, nesse sentido, oferece aos jovens e adultos, constantes possibilidades de mudanças que devem ser fortalecidas, entre tantos outros fatores, com o apoio familiar. (GIMONET, 2007).

Nas práticas de alternância existem algumas dificuldades que devem ser imediatamente enfrentadas, em especial, a ausência efetiva de políticas públicas para o campo, tais como, melhoramento das estradas, localização das escolas, meios de transporte e formação docente. Acreditamos que a Pedagogia da Alternância pode contribuir com os sistemas educativos, onde o campo tenha voz, histórias, memórias, identidades e seja reconhecido nas suas especificidades. Obviamente que sabemos da existência e do predomínio da cultura urbana, porém, o campo grita, resiste e luta na defesa de valores culturais e identitários dos trabalhadores/as da terra.

III – História da Educação do Campo no Brasil

³ Centros Familiares de Formação por Alternância reúne as diversas experiências e processos formativos considerados institucionalizados de educação básica e profissional. A maior parte destes tem seu nascedouro articulando os movimentos sociais do campo (associações de agricultores) com um projeto de educação local-regional. As associações de agricultores são consideradas no projeto de alternância como um dos 4 pilares mais representativos e idiossincrático deste sistema educativo.

Quando as escolas do campo não oferecem a educação infantil, as séries finais do ensino fundamental, o ensino médio e a educação de jovens e adultos, restam apenas duas possibilidades para os educandos: sair do campo e continuar os estudos ou parar de estudar e se dedicar, prioritariamente, ao trabalho agrícola. Por outro lado, a cantoria nos oferece a seguinte orientação: *"não vou sair do campo pra poder ir pra escola, educação do campo é direito e não esmola"*. Quando o processo educativo é oferecido, quase que exclusivamente, nos centros urbanos, os estudantes do campo são obrigados a realizar esse deslocamento e os espaços de formação política, crítica e transformadora não contemplam a realidade camponesa. Com isso, podemos dizer que a luta por uma educação do campo vai muito além do que afirma a constituição de 1988 e a LDB 9394/96. Ela se constitui no envolvimento dos atores políticos, através de práticas educativas, experiências sócio-culturais e populares fortalecidas, predominantemente, nos ambientes coletivos dos movimentos sociais do campo.

No final dos anos 1990, foram criados diversos espaços políticos para pensar a educação do campo no Brasil. Um desses espaços foi o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – ENERA – em 1997, organizado pelo MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e com o apoio da Universidade de Brasília, entre outros atores. Esse evento lançou o desafio de pensar uma educação pública para os povos do campo. Uma educação que deveria levar em consideração o seu contexto social, cultural, político e econômico. A Pedagogia da Alternância e, nela, o respeito aos tempos, espaços, meio ambiente e trabalho coletivo deveria ser aprofundada e engendrada como um sistema educativo para o campo. Nesse mesmo evento ainda foram colocados em pauta, reflexões pedagógicas que levasse em consideração as preocupações e os anseios dessa população, a autenticidade da sua formação e o enfrentamento ao elitismo cada vez maior nos processos educacionais. Diante dessas questões, surge a articulação da Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo e a criação da Articulação Nacional Por uma Educação do Campo em 1998. Uma associação supranacional.

Exatamente com o intuito de possibilitar o acesso dessas pessoas ao ensino público, gratuito e de qualidade, foi criado o PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Ele surge através de reuniões e debates coletivos realizados no I ENERA e, em função, do alto índice de analfabetismo e baixa escolarização no campo, em especial, nas

áreas de assentamentos da reforma agrária. Nesse programa foi decidido priorizar a questão da alfabetização dos jovens e adultos, sem deixar de lado as outras questões do campo. Em 2001, o PRONERA passa a fazer parte do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Importante ressaltar que o PRONERA é fruto das lutas dos movimentos sociais do campo e que, a partir de 04 de novembro de 2010, no então governo do Presidente Lula, está política de governo passa a ser uma política pública de Estado, que compartilha com as esferas municipais, estaduais e o governo federal, a responsabilidade de ofertar a educação do campo. Hoje, o programa além de proporcionar a alfabetização, engloba o ensino fundamental, o ensino médio, com ou sem cursos profissionalizantes, cursos superiores e de especialização, além de formar educadores para atuarem nos assentamentos de reforma agrária. Todos esses aspectos tem predominantemente a Pedagogia da alternância como metodologia/estrutura educativa. (BICALHO, 2011)

Em 2002 foi aprovada a Lei de Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, contendo 15 artigos. Ela é fruto das diversas lutas em defesa da educação do campo como direito e dever do estado e mantém viva a memória dos povos do campo, suas raízes e saberes. Nessa lei é nítida a preocupação com a formação continuada dos professores e a promoção das expressões culturais desses sujeitos. Em 2004 é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Ela tem como objetivo contribuir para a redução das desigualdades educacionais visando a efetivação de políticas públicas. Na SECAD foi criada a Coordenação Geral de Educação do Campo, o que significou a inclusão na pauta do Governo Federal, das demandas do meio rural e o reconhecimento de suas necessidades, incentivando a criação e realização das seguintes iniciativas: o Programa Escola Ativa⁴, que busca melhorar o desempenho escolar em turmas multisseriadas das escolas do campo, provendo recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento dos educandos e a capacitação dos professores. Para a consolidação desse programa é necessário que as escolas do campo apresentem condições

⁴ Importante ressaltar que o Programa Escola ativa neste ano de 2012 está em fase de transição para a implementação do Programa Escola da Terra, uma das ações do PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do campo, lançado no dia 20 de março de 2012.

mínimas de funcionamento e tenha uma equipe técnica estadual e municipal para acompanhar a implantação e a prática do programa. Outro projeto é o Procampo - Programa de apoio à Formação Superior em Licenciaturas do Campo. Tem como objetivo apoiar a implementação dos cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de ensino superior em todo o país, voltado especialmente para a formação de educadores que trabalharão nos anos finais do ensino fundamental e médio (MUNARIM, 2008).

Em março de 2012 o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO – que oferecerá apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios na implementação de políticas para a educação do campo. Esse programa tem o objetivo de formar educadores, valorizar a agricultura familiar, oferecer a educação de jovens e adultos no campo, criação de escolas e melhoramento da infraestrutura, em parceria com as universidades públicas e cursos técnicos. A intenção do programa é garantir que os conhecimentos adquiridos nessas instituições e nos movimentos sociais, a partir da Pedagogia da alternância, se transformem em ações que elevem a produtividade das propriedades rurais e dos povos tradicionais - os quilombolas, a valorização dos sujeitos do campo, além de efetivar a distribuição de renda nesses espaços. A educação contextualizada está prevista nas ações do PRONACAMPO, contribuindo para uma efetiva interação entre o conhecimento científico e os saberes da comunidade.

Essas ações serão baseadas em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas; formação de professores; educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica e infraestrutura física e tecnológica. Nesse programa a formação inicial, continuada e a pós-graduação para professores, gestores e coordenadores pedagógicos das escolas quilombolas e do campo serão prioridades. Na educação de jovens e adultos, o governo federal pretende universalizar a oferta de cursos voltados para o desenvolvimento do campo nos institutos federais. O PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego apoiará essa inclusão social, com 120 mil bolsas de estudo para o campo. O quarto eixo do PRONACAMPO trata da infraestrutura física e tecnológica das escolas. Até 2014 apoiará a construção de 3 mil escolas, além de obras de infraestrutura, aquisição de ônibus escolares e educação digital nas escolas do campo e quilombolas.

IV - Escolas do campo: desafios, limites e possibilidades

Faz-se necessário trazer à discussão os espaços de debates acerca da história da educação do campo no Brasil, enaltecendo a luta pela terra e por reforma agrária, oriunda dos movimentos sociais. Valorizaremos ainda a discussão sobre os espaços educativos que promovam justiça, solidariedade e formação humana, que zele pela ética e superação dos preconceitos acerca da identidade camponesa forjada pela sociedade do século XXI.

O nosso envolvimento com a educação do campo em Nova Iguaçu/RJ, privilegiou como metodologia de trabalho, a pesquisa bibliográfica, os documentos produzidos pela história oral⁵, os trabalhos escritos, seminários desenvolvidos nos espaços de formação, projetos de extensão, auto-avaliação e outras formas de investigação que contemplaram a construção crítica do conhecimento. Exploramos ainda, eventos organizados pelas escolas e secretarias municipais de educação⁶ visando demonstrar a importância da educação do campo no Estado do Rio de Janeiro, em especial, na Baixada Fluminense. Esses eventos contribuíram para reconhecer que estão vivos os processos sociais autônomos da política local/municipal, onde os sujeitos envolvidos se organizam em movimentos sociais e em defesa da Pedagogia da alternância como sistema educativo do campo.

O descompromisso histórico com a produção do saber crítico nas instituições ainda é um agravante. Este provocou a alienação de profissionais que trabalham em áreas rurais e desconhecem completamente os debates acerca da história da educação do campo no Brasil, a Pedagogia da alternância e os movimentos sociais. O conteúdo é aplicado com enorme facilidade, porém a realidade de vida e os saberes dos educandos do campo são cotidianamente desrespeitados e desvalorizados. Por outro lado, o que nos anima é a organização coletiva dos movimentos sociais e a luta para manter a identidade histórica, cultural e os costumes do homem e da mulher do campo. Sabem que, se não resistirem, coletiva e organizadamente, com o tempo se descaracterizaram. Soma-se a essa luta as secretarias municipais de educação, universidades, escolas e professores que dão tudo de si

⁵ No município de Nova Iguaçu, quatro unidades escolares já participaram da pesquisa. A Escola Municipal Barão de Guandu, Escola Municipal Barão de Tinguá, Escola Municipal Campo Alegre e Escola Municipalizada Jaceruba. Em cada unidade entrevistamos, direção, coordenação pedagógica, educadores e educandos.

⁶ Secretaria municipal de educação de Nova Iguaçu; Secretaria municipal de educação de Seropédica; Secretaria municipal de educação de Japeri e Secretaria municipal de educação de Duque de Caxias.

por uma educação libertadora e igualitária. Esses atores fazem a diferença na consolidação da educação do campo. (MOLINA, 2009)

Observamos que a maioria dos professores desconhecem metodologias de trabalho que levem em consideração a educação do campo e a Pedagogia da Alternância, além de utilizarem nas escolas do campo, as mesmas estratégias oriundas das grandes cidades. Muitos educadores possuem apenas o ensino médio normal, a antiga formação de professores. Segundo os dados do PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo, o campo tem um total de 342.845 professores. Professores no campo sem educação superior: 160.317, sendo: com ensino médio 156.190 e 4.127 com ensino fundamental. Outra dificuldade é a pouquíssima disponibilidade de tempo e incentivo para se envolver com os processos de formação continuada, oferecidos pelas IFES e IEES, a partir do PRONERA.

São mal remunerados, com uma carga horária exaustiva de atividades, dentro e fora da sala de aula, trabalhando em duas ou três escolas por dia. Mesmo diante de tantas adversidades, enfrentam, geralmente sem nenhuma ajuda do poder público, as opressões, o analfabetismo e as demais formas de violência simbólica sofrida pelos povos do campo. São educadores que fazem o possível e o impossível na conquista dos espaços de formação crítica para os sujeitos do campo. Queria reafirmar nesse artigo, o enorme desafio anunciado em outros textos: encontrar materiais didáticos condizentes com as realidades do campo. A produção de livros que leve em consideração a realidade do campo ainda é uma utopia. Sabemos das prioridades que o livro didático ocupa nos processos de formação da educação básica. Em algumas escolas do campo ele é praticamente a única ferramenta a ser utilizada pelos professores. Ao analisarmos os livros didáticos, percebemos que esse material chega às unidades escolares do campo, sem passar por um processo de escolha administrado com autonomia pelos seus educadores/as. São livros escolhidos e utilizados nos espaços urbanos de formação, com gravuras de cidades, deformações caricaturadas dos homens e mulheres de origem rural e, portanto, inúteis para o ensino-aprendizagem crítico. Os estudantes do meio rural tem todo o direito de encontrar nos livros e demais materiais didáticos, a sua realidade econômica e cultural, seus saberes, suas histórias, memórias e identidades.

Freitag já denunciava em 1989, que os conteúdos dos livros estão desvinculados da realidade das crianças. Procuram disfarçar, omitir ou distorcer os problemas e as contradições

em que se encontram determinadas classes sociais. Nessa conjuntura, trabalhar com livros didáticos de forma inovadora e politizada requer inclusive uma reforma pedagógica no sistema educativo. Para educadores e educandos é essencial selecionar atentamente as temáticas que serão trabalhadas, como também é essencial despertar o interesse desses sujeitos por meio do debate, dos conflitos de ideias e de pedagogias emancipatórias.

Durante a pesquisa, às vezes percebíamos a alienação de educadores e educandos por conta do desconhecimento deles acerca das lutas em torno dessa temática da educação. Definiam escolas do campo, apenas por estarem situadas em locais de difícil acesso. Por conseguinte a visão e as práticas pedagógicas seguiam a mesma metodologia utilizada nos grandes centros urbanos e prescrita nos livros didáticos. Alegam ainda que apenas alguns alunos tem contato com a terra, o plantio e a criação de gado. Que a escola em si, suas estruturas e administração não possuem características do campo e nem condições financeiras para valorizar essa cultura. (BICALHO, 2011)

Cada escola possui sua identidade, definida por histórias, saberes, gestos, sonhos, limites e possibilidades, avanços e recuos. O campo é rico de cultura própria, os sujeitos desses espaços geográficos possuem seus costumes e saberes específicos, diferenciados dos valores urbanos. As crianças, os jovens e adultos que continuam seus estudos nas grandes cidades, aos poucos, acabam perdendo essa identidade local e suas origens. Essa realidade é extremamente desagradável. O ideal é avançarmos na conquista de políticas públicas que proporcione a continuidade dos estudos no campo, articulando as histórias de vida desses sujeitos e a educação popular com o conhecimento científico. Nesse sentido, as escolas do campo contribuem para a formação da consciência crítica a partir do trabalho coletivo, num projeto que valorize a escola e a agricultura familiar, que respeite as diferenças, a realidade de vida das pessoas e enfrente as ações reprodutoras das desigualdades. (CALDART, 2003)

Nesse breve resgate histórico acerca dos limites e das possibilidades da escola, foi possível perceber que a educação rural⁷ se desenvolveu com o intuito de "proteção" e

⁷ A educação rural, nesse contexto, é vista em contraposição aos debates presentes nos movimentos sociais sobre a educação do campo. O próprio termo educação do campo é fruto da ação de diversos atores sociais, originados nas lutas que evidenciaram um sistema educacional falho, omissivo e descontextualizado da realidade das famílias e comunidades rurais. Essa luta marca a ruptura entre educação do campo e educação rural. Muito mais que uma nomenclatura, essa divisão retrata a consciência de que uma verdadeira educação a serviço do homem do campo

assistência ao camponês. No entanto, os sujeitos coletivos organizados do campo resistem e não se omitem diante de políticas compensatórias. Teremos várias iniciativas dos movimentos populares para pensar e valorizar as reflexões, experiências, realidades e interesses dos povos do campo. Essas iniciativas defendem a identidade e o campo como lugar de diversidade cultural e de políticas públicas direcionadas para essa realidade específica. (BICALHO, 2011)

O debate atual prioriza a identificação de práticas pedagógicas e sociais que articulem a escola, os educadores, educandos e a comunidade na contextualização e seleção, por exemplo, dos conteúdos trabalhados, proporcionando reflexões que auxiliem esses sujeitos na busca de seus direitos e deveres. Nessa perspectiva é possível que os educandos do campo conheçam suas histórias e de seu país, sua cultura e supere o conservadorismo, o individualismo e o autoritarismo presentes nos modelos organizativos de sociedade.

V - CONCLUSÃO

A sociedade brasileira construiu no seu imaginário uma estreita ligação do campo como lugar do atraso. Esse referencial contribui para omissão do Estado em relação às políticas públicas e direito dos povos do campo. Esse é um dos principais desafios que precisam ser enfrentados na atualidade por educadores, educandos e movimentos sociais. Precisamos urgentemente mexer com o imaginário da sociedade e valorizar os sujeitos do campo como sujeito de direitos que o Estado não vem assegurando. Nessa conjuntura defendemos a necessidade de rever os significados do ato político de educar, associando-os aos debates, reflexões, ações e intervenção crítica que considere a educação popular e tenha condições de gerar efetivas transformações educacionais e sociais. Acreditamos na condição dos homens e das mulheres do campo, enquanto agentes da própria libertação. A educação de qualidade busca a dignidade, a confiança, a humanidade, a solidariedade, a compreensão coletiva e a valorização dos sujeitos do campo como transformadores de suas histórias. Acreditamos que esse ambiente coletivo abrirá novos espaços para se ouvir os sujeitos, individuais e coletivos, que por muito tempo foram silenciados. (MOLINA, 2009)

deve possibilitar a esses sujeitos históricos, o direito ao protagonismo, a uma educação de qualidade e o comprometimento com a construção da sustentabilidade dos campos e cidades.

Por fim, queremos reafirmar que a educação do campo na sua estreita relação com os movimentos sociais e a Pedagogia da Alternância tenha condições de articular os diferentes saberes sociais, dentre eles, o conhecimento científico e popular. Esses campos do saber possuem aproximações e podem ser explorados nos espaços da escola, dos movimentos sociais, da comunidade, da família, entre outros. Precisamos romper com o conhecimento escolar que se propõe, predominantemente, apenas transmitir o conhecimento científico. O saber popular e científico tem entre si uma nítida ruptura que, frequentemente, é mascarada pelo conhecimento escolar. O ideal seria que o conhecimento escolar contribuísse para a desconstrução dos obstáculos epistemológicos apresentados e se transformasse em ferramentas que incluísse os diferentes saberes oriundos das articulações políticas, sociais e culturais dos movimentos sociais e da Pedagogia da Alternância. (FIOREZE & MARCON, 2009)

VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, M.; MOLINA, M.C.; JESUS, S.M.S.A. (organizadoras). *Contribuições para a construção de um projeto de educação do Campo*. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2004. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 5.
- ANTUNES, M.I.; MARTINS, A.A. (orgs). *Educação do Campo: desafios para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- BEGNAMI, J.B. *Formação pedagógica de monitores das Escolas Famílias Agrícolas e alternâncias*. 2003. Dissertação de Mestrado – Universidade Nova de Lisboa.
- BENJAMIN, C.; CALDART, R.S. *Projeto Popular e Escola do Campo*. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do campo. 2000. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 3.
- BICALHO, R.S. *Alfabetização no MST: experiências com jovens e adultos na Baixada Fluminense*. Campinas: Editora Komedi, 2007. 2ª edição.
- ___ *Formação de educadores do campo*. In: MORAES, Marco Antonio de & OLIVEIRA, Olívia Chaves de. *Tecnologias, Linguagens e Educação: buscando diálogos, partilhando experiências*. Seropédica (RJ): Ed. da UFRRJ, 2011.

— *Educação do campo e atores político-institucionais: construindo novos processos identitários na Universidade?* In: Berenblum, Andrea & Oliveira, Lia Maria Teixeira de. Educação: diálogos do cotidiano. Seropédica (RJ): Outras letras Editora, 2011.

BRASIL. *Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo*. Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica nº 1/ 2002.

— *Diretrizes Complementares da Educação Básica do campo*. Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica nº 2/ 2008.

CALDART, R.S. *A escola do campo em movimento*. In: Currículo sem Fronteiras, v.3, nº1, p. 60-81, Jan/Jun 2003.

CASTRO, J.A.; AQUINO, L. M.C. de; ANDRADE, C.C. de. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.

FIOREZE, C.; MARCON, T. *O popular e a educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2009.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. RJ: Paz e Terra, 1975.

— *Educação como prática de liberdade*. RJ: Paz e Terra, 1983.

FREITAG, B. *O livro didático em questão*. Porto Alegre: Artmed, 1989.

GIMONET, J. C. *Praticar e compreender a pedagogia dos CEFFAs*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOLINA, M. C. *Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa de Residência Agrária*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

MUNARIM, A. *Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção*. Trabalho apresentado no GT 3: Movimentos sociais e educação, 31ª Reunião Anual da ANPed, Caxambu, MG, 2008.

SILVA, L. H. da. *Modalidades. Representações e Práticas de Alternância na Formação de Jovens Agricultores*. In: Revista da Formação por Alternância. v. 1. n.2 Brasília: UNEFABE, 2006.